



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Secretaria de Implantação do Campus – SECIC

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 23422.013389/2022-43

1. OBJETO

1.1. Aquisição parcelada de divisórias modulares (MSO/colméia) e em placas de gesso acartonado (drywall), inclusive, painéis, vidros, ferragens, portas e demais acessórios, com a instalação, para a adequação de espaços internos de edificações nas dependências da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), no município de Foz do Iguaçu, Paraná, conforme exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

1.2. Os itens e as quantidades a serem eventualmente adquiridas são as seguintes (ver especificação técnica completa no Anexo I).

Tabela 01: itens, quantidades e valores a serem eventualmente adquiridos

GRUPO ÚNICO						
DIVISÓRIAS MODULARES EM MSO E/OU VIDRO						
Item	CATSER	Descrição	Unid.	Qtde.	Valor Unitário	Valor Máximo
1	15814	Divisória Cega - Instalação de divisória modular no sistema Painel Cego MSO/colméia, perfis de aço galvanizado pintado. Com fornecimento de todos materiais, ferramentas e mão de obra necessários para a perfeita execução. Espessura: 35 mm; Modulação: 1200 mm; Painéis: UV com padrão de cor a ser definido, com miolo celular ou colmeia; Perfis: Aço galvanizado com cor a ser definida.	m²	1000	R\$ 151,73	R\$ 151.727,50
2	15814	Divisória + Vidro - Instalação de divisória modular no sistema Painel Cego MSO/colméia, incluso leito, baguetes e tarugo de PVC. Painel cego até 1,05 metros de altura a partir do piso + Vidro simples 4mm (Janela fixa com ou sem abertura estilo guichê de atendimento com tampo) até 2,10 metros de altura a partir do piso + bandeira em painel cego. Com fornecimento de todos materiais, ferramentas e mão de obra necessários para a perfeita execução. Espessura: 35 mm; Modulação: 1200 mm; Painéis: UV com padrão de cor a ser definido, com miolo celular ou colmeia; Perfis: Aço galvanizado com cor a ser definida. Vidro: 4mm.	m²	250	R\$ 168,52	R\$ 42.130,00
3	15814	Porta de divisória - Fornecimento e instalação de porta de divisória naval, dimensões (0,80 x 2,10)m, completa, com padrão de qualidade tipo EUCATEX, chapa dura de fibras de eucalipto prensadas com acabamento em resina melamínica de baixa pressão, garantida ao produto ótima resistência à abrasão e	Unidade	40	R\$ 365,17	R\$ 14.606,80



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Secretaria de Implantação do Campus – SECIC

		aos impactos e riscos, na cor areia jundaí com perfis extrudados de alumínio na cor a definir, com a respectiva instalação, incluindo todos os acessórios para perfeita fixação conforme informações complementares constantes deste Termo de Referência.				
DIVISÓRIAS EM GESSO ACARTONADO						
4	15814	Parede com placas de gesso acartonado (drywall), para uso interno, com duas faces simples e estrutura metálica com guias simples, sem vãos.	m²	250	R\$ 160,15	R\$ 40.037,30
5	15814	Parede com placas de gesso acartonado (drywall), para uso interno, com duas faces simples e estrutura metálica com guias simples, com vãos.	m²	250	R\$ 175,50	R\$ 43.874,31
6	15814	Fornecimento e instalação de kit de porta-pronta de madeira em acabamento melamínico branco, folha média, 80x210cm, enchimento em madeira, inclusive fechadura, fixação com preenchimento parcial de espuma expansiva - fornecimento e instalação.	UN	4	R\$ 1.132,99	R\$ 4.531,97
7	15814	Fornecimento e instalação de kit de porta-pronta de madeira em acabamento melamínico branco, folha média, 90x210cm, enchimento em madeira, inclusive fechadura, fixação com preenchimento total de espuma expansiva - fornecimento e instalação.	UN	4	R\$ 1.230,16	R\$ 4.920,64
Total:						R\$ 301.828,52

1.3. O objeto da licitação tem a natureza de aquisição de bem comum. A contratação será através do Sistema de Registro de Preços.

1.4. O quantitativo e respectivos códigos dos itens discriminados na tabela acima é o estimado para 12 meses de contratação cuja execução poderá variar de acordo com determinação da CONTRATANTE, ficando estabelecido neste Termo de Referência somente uma estimativa de uso para cada item licitado. Maiores informações quanto às especificações técnicas detalhadas encontram-se no Anexo I deste Termo de Referência. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Secretaria de Implantação do Campus – SECIC

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. Trata-se de aquisição de bem comum, a ser contratada mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002 c/c art. 3º, VIII do Decreto nº 10.024/2019. *“Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.”*

4.2.1. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.2.2. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

5.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e nas obrigações da contratada como requisito previsto em lei especial.

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. O prazo de entrega dos itens é de no máximo 90 (noventa) dias corridos, seguindo as disposições deste TR, nos seguintes endereços:

- a) Parque Tecnológico Itaipu (PTI), localizado à Avenida Tancredo Neves, 6731, Foz do Iguaçu, Paraná – Brasil, CEP 85.867-970. Recepção Bloco 09;
- b) Jardim Universitário (JU), localizado à Avenida Tarquínio Joslin dos Santos, 1000, Foz do Iguaçu, Paraná – Brasil. Recepção Bloco Central;
- c) Edifício Rio Almada, localizado à Avenida Tancredo Neves, 3838 - Porto Belo, Foz do Iguaçu, Paraná – Brasil, CEP 85.867-633;
- d) Unidade Administrativa (Vila A), localizado à Avenida Silvio Américo Sasdelli, 1842, Foz do Iguaçu, Paraná – Brasil, CEP 85.866-000;



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Secretaria de Implantação do Campus – SECIC

e) Integração (Campus Integração), localizado à Avenida Tancredo Neves, 3147, Foz do Iguaçu, Paraná – Brasil, CEP 85.867-000; e

f) Portal da Foz (Almoxarifado/Patrimônio), localizado à Rua Macucos, 131, Esquina com Rua Mineirão, Foz do Iguaçu, Paraná – Brasil, CEP: 85.859-450.

6.1.2. Os endereços também podem ser localizados por meio da página:
<https://portal.unila.edu.br/unidades>.

6.2. A data de início dos serviços será definida pela Administração, com emissão de Ordem de Serviço (OS). Não havendo garantia de início imediato após a celebração do contrato ou ao evento contratual anterior.

6.3. A OS poderá apresentar quantitativos totais ou parciais previstos neste TR, sendo possível a emissão de mais de uma OS durante a vigência do contrato.

6.4. A empresa contratada deverá apresentar o cronograma de atividades em função da OS. Porém, o cronograma não poderá ser superior a 90 (noventa) dias corridos, seguindo a sequência de marcos temporais:

- a) Apresentação do cronograma de execução dos serviços em até 3 dias úteis após confirmação de recebimento da OS;
- b) Início das atividades em até 5 dias úteis, após confirmação de recebimento da OS, para os serviços de 1 a 10 da Tabela 01;
- c) Início das atividades em até 10 dias úteis, após confirmação de recebimento da OS, para os serviços de 11 a 27 da Tabela 01;

6.5. Os bens serão recebidos provisoriamente em até 10 (dez) dias corridos, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.6. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.7. Os bens serão recebidos definitivamente em até 15 dias corridos, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.7.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6.9. Cabe à Fiscalização aprovar o cronograma apresentado ou solicitar a readequação dos prazos propostos, caso estes apresentem-se demasiadamente extensos, conforme disposto no subitem 8.5.



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Secretaria de Implantação do Campus – SECIC

- 6.10. O Cronograma de serviços será revisto sempre que necessário para ajustar as etapas dos serviços em decorrência do detalhamento do objeto e adequações técnicas necessárias. A revisão deverá ser precedida de justificativas técnicas apresentadas pela Contratada e não poderá ensejar aumento de prazo final superior a 30 dias corridos, possibilidade de reajuste de preço contratual e o desembolso máximo previsto para o exercício financeiro do ano.
- 6.11. Contratante fará a solicitação dos serviços por e-mail, indicando por meio de croqui/layout o local de instalação e tipo de material a ser utilizado. A Contratada terá prazo de 2 (dois) dias úteis para esclarecer eventuais dúvidas quanto aos serviços solicitados, após este prazo a Contratante poderá emitir a OS.
- 6.12. A OS será encaminhada por e-mail para a Contratada, que deverá conferir e confirmar o recebimento em até 24 horas. Após este prazo, a Contratante considerará a OS como recebida.
- 6.13. O quantitativo discriminado na Tabela 01 é o estimado para 12 meses de contratação cuja execução poderá variar de acordo com determinação da Contratante, ficando estabelecido neste Termo de Referência somente uma estimativa de uso para cada item licitado.
- 6.14. A cada solicitação, a contratada deverá vistoriar os locais onde serão executados os serviços para verificar os aspectos gerais e eventuais dúvidas prévias, a fim de que tenha conhecimento pleno das condições ambientais, técnicas exigidas e prazos de início e fim dos trabalhos.
- 6.15. Ao final da montagem, Contratante e Contratada realizarão inspeção final dos itens para confirmar a metragem instalada de divisórias. Neste cálculo, não será considerada como metragem instalada as áreas onde houver a introdução de portas e/ou passagem livres e aberturas.
- 6.16. Caso a Contratada pretenda utilizar material de marca diferente da sugerida nas especificações técnicas, deverá solicitar a aprovação por similaridade do material antes do início dos serviços.
- 6.17. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais e equipamentos empregados.
- 6.18. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste TR.
- 6.19. Os serviços poderão ser prestados em qualquer uma das localidades/unidades elencadas no item 6.1.
- 6.20. A Contratada deverá agendar com antecedência de no mínimo 24 horas o início da execução dos serviços e providenciar a documentação necessária para o credenciamento e acesso dos colaboradores e/ou terceiros aos locais supracitados.
- 6.21. O horário de prestação dos serviços deverá ser das 08:00 às 18:00 horas e em dias úteis.
- 6.21.1. Excepcionalmente, após solicitação da Contratada, a Fiscalização poderá autorizar serviços em dias e horários não previstos no item 6.21, sendo que nesses casos a Contratada deverá se responsabilizar por eventuais custos adicionais.
- 6.22. Critérios de aferição e medição:



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Secretaria de Implantação do Campus – SECIC

6.22.1. O fornecimento será o total das Ordens de Serviços, conforme a necessidade e disponibilidade financeira da Contratante, pelo período de 12 (doze) meses. Por se tratar de serviços que serão implementados por etapas, e com entregas isoladas de bens, os pagamentos à contratada serão realizados conforme critérios de medição, aceitação e pagamentos descritos neste TR.

6.22.2. Fica estabelecido que a comunicação oficial entre a Contratante e a Contratada será feita por meio de e-mail.

6.22.3. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados por meio de portaria específica.

6.22.4. A execução dos serviços será iniciada conforme apresentado no cronograma aprovado pela fiscalização, conforme estabelecido nos subitens 6.4 e 6.22.5.

6.22.5. A Contratada deverá obedecer aos seguintes prazos de conclusão e entrega dos itens instalados para a elaboração do cronograma de cada OS, considerando as dimensões estipuladas pela Contratante:

- a) Para os serviços de 1 a 10 da Tabela 01
 - I. Até 50,00 m² (cinquenta metros quadrados), prazo de 10 (dez) dias corridos;
 - II. Entre 50,01 m² (cinquenta e um metros quadrados) e 120,00 m² (cento e vinte metros quadrados), prazo de 15 (quinze) dias corridos;
 - III. Entre de 120,01 m² (cento e vinte metros quadrados) a 500 m² (quinhentos metros quadrados), prazo de 30 (trinta) dias corridos;
 - IV. Acima de 500 m² (quinhentos metros quadrados), prazo de 50 (cinquenta) dias corridos;
- b) Para os serviços de 11 a 17 e de 24 a 27 da Tabela 01
 - I. Até 50,00 m² (cinquenta metros quadrados), prazo de 30 (trinta) dias corridos;
 - II. Entre 50,01 m² (cinquenta e um metros quadrados) e 120,00 m² (cento e vinte metros quadrados), prazo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos;
 - III. Entre 120,01 m² (cento e vinte metros quadrados) a 500 m² (quinhentos metros quadrados), prazo de 60 (sessenta) dias corridos;
 - IV. Acima de 500 m² (quinhentos metros quadrados), prazo de 90 (noventa) dias corridos;
- c) Para os serviços de 18 a 23 da Tabela 01



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Secretaria de Implantação do Campus – SECIC

I. Prazo de 30 (trinta) dias corridos ou em função do cronograma estabelecido para as divisórias;

6.22.6. Excepcionalmente, os prazos discriminados nos subitens acima poderão ser prorrogados, desde que seja entregue à Contratante, no prazo mínimo de 03 (três) dias úteis que antecedem a data da entrega, solicitação formal da Contratada nesse sentido, devidamente justificada, devendo ser submetida à apreciação da Contratante, a qual poderá, se de acordo, autorizar a prorrogação do prazo correspondente.

a) A falta de quaisquer dos materiais cujo fornecimento incube a Contratada, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso ou inexecução da obrigação e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.

6.22.7. Contratante e Contratada realizarão inspeção final dos itens para confirmar a metragem instalada de divisórias. Neste cálculo, não será considerada como metragem instalada as áreas onde houver a introdução de portas e/ou passagem livres e aberturas.

6.22.8. Para cada OS, os bens adquiridos serão recebidos provisoriamente no prazo de até 10 (dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.22.9. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.22.10. Os bens, descritos na OS, serão recebidos definitivamente no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

a) Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.22.11. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste TR e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual.

6.22.12. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

6.22.13. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Secretaria de Implantação do Campus – SECIC

mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à Contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

6.22.14. A fiscalização do contrato não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais.

6.22.15. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6.22.16. No caso do não recebimento provisório, a contratada deverá, no prazo fixado pela fiscalização no termo de verificação circunstanciado, tomar todas as providências para sanar os problemas apontados no termo que determinaram o não recebimento, sem prejuízo da aplicação pela UNILA das penalidades cabíveis.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da Contratante:

7.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

7.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

7.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

7.2. *A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.*

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Secretaria de Implantação do Campus – SECIC

proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia, em conformidade com este TR.

a) Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas nas Especificações Técnicas, Anexo I deste Termo de Referência, promovendo sua substituição quando necessário.

b) A contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados.

c) Durante a execução do objeto contratual, os trabalhos que, a critério da UNILA, não apresentarem as condições estabelecidas no contrato, serão rejeitados, e caberá à contratada todos os ônus e encargos da reparação, que deverá se efetivar, no máximo, dentro do prazo para tanto estipulado pela UNILA, no mesmo registro.

d) Na impossibilidade de reparar o material defeituoso de forma imediata, a Contratada deverá substituir o item por outro com especificações iguais ou superiores.

8.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

8.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8.1.7. promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir.

8.2. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Secretaria de Implantação do Campus – SECIC

Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto licitatório, até o limite de 60% (sessenta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

9.1.1. É vedada a subcontratação completa da parcela principal da obrigação;

9.1.2. É vedada a subcontratação de microempresas e empresas de pequeno porte que estejam participando da licitação;

9.1.3. É vedada a subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte que tenham um ou mais sócios em comum com a empresa contratante.

9.2. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

9.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Secretaria de Implantação do Campus – SECIC

ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

12.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

12.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Secretaria de Implantação do Campus – SECIC

situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.12. 10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.13.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.14. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Secretaria de Implantação do Campus – SECIC

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

13.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice INCC – Índice Nacional de Custo da Construção, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

13.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8. O reajuste será realizado por apostilamento.



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Secretaria de Implantação do Campus – SECIC

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. O adjudicatário, no prazo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

14.2. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

14.2.1. caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

14.2.2. seguro-garantia;

14.2.3. fiança bancária.

14.3. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, na Caixa Econômica Federal, com correção monetária, em favor do contratante.

14.4. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

14.5. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de (.....) dias úteis, contados da data em que for notificada.

14.6. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

14.7. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente. (artigo 56, §4º da Lei nº 8666/93).

15. A GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

15.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 03 (três) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

15.2. A garantia será prestada com vistas a manter os bens fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

15.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

15.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Secretaria de Implantação do Campus – SECIC

pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

15.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

15.6. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados a partir da data da notificação da Contratante.

15.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.

15.8. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

15.9. O custo referente ao transporte dos bens cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

15.10. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 16.1.1. falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- 16.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 16.1.3. fraudar na execução do contrato;
- 16.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou
- 16.1.5. cometer fraude fiscal.

16.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Secretaria de Implantação do Campus – SECIC

16.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

16.2.2. Multa de:

a) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 30 (trinta) dias. Após o trigésimo dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

c) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

d) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor adjudicado, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

e) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

f) As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

16.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

16.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

16.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

16.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “16.2.4” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

16.4. As sanções previstas nos subitens “16.2.1”, “16.2.3”, “16.2.4” e “16.2.5” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

16.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

16.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Secretaria de Implantação do Campus – SECIC

16.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

16.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

16.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

16.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

16.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

16.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

16.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

16.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

16.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16.14. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Secretaria de Implantação do Campus – SECIC

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor total do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor total do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor total do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor total do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor total do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
4	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
5	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
6	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
7	Indicar e manter durante a execução do contrato o preposto previsto no edital/contrato;	01

17. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

17.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

17.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Secretaria de Implantação do Campus – SECIC

17.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

17.3.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados ou declarações fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado em nome da empresa proponente, comprovando o ramo de atividade da mesma e que esta tenha fornecido o material e mão de obra e tenha executado, no mínimo:

- a) Divisória Modular (MSO) – 100m² (cem metros quadrados);
- b) Divisória em Gesso Acartonado (drywall) – 100m² (cem metros quadrados).

18. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

18.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 301.828,52 (trezentos de um mil, oitocentos e vinte e oito reais e cinquenta e dois centavos).

19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

19.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

20. ANEXOS

20.1. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

- 20.1.1. ANEXO I – Especificação Técnica dos itens a serem eventualmente adquiridos
- 20.1.2. ANEXO II – Modelo de Planilha de Orçamento;

Foz do Iguaçu, 26 de setembro de 2022.

Elaboração:

ABIMAE FILGUEIRAS DE OLIVEIRA
ARQUITETO E URBANISTA
SIAPE: 1757360

JULIANA DAYENE DE SOUZA NEVES
ENGENHEIRA CIVIL
SIAPE: 1750430



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Secretaria de Implantação do Campus – SECIC

Revisão:

HELDER CALSAVARA FERREIRA
ENGENHEIRO CIVIL
Chefe do Departamento de Projetos e Planejamento
SIAPE 1861752

Aprovação:

AREF KALILO LIMA KZAM
Secretário de Implantação do Campus
SIAPE 2086727



Emitido em 26/09/2022

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 7/2022 - SECIC (10.01.05.27)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 27/09/2022 08:21)

ABIMAE FILGUEIRAS DE OLIVEIRA

ARQUITETO E URBANISTA

DPP (10.01.05.27.04)

Matrícula: 1757360

(Assinado digitalmente em 27/09/2022 12:48)

AREF KALILO LIMA KZAM

SECRETARIO - TITULAR

SECIC (10.01.05.27)

Matrícula: 2086727

(Assinado digitalmente em 26/09/2022 15:35)

HELDER CALSAVARA FERREIRA

CHEFE DE DEPARTAMENTO - TITULAR

DPP (10.01.05.27.04)

Matrícula: 1861752

(Assinado digitalmente em 26/09/2022 15:18)

JULIANA DAYENE DE SOUZA NEVES

ENGENHEIRO-AREA

DPP (10.01.05.27.04)

Matrícula: 1750430

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.unila.edu.br/documentos/> informando seu número: **7**, ano: **2022**, tipo: **TERMO DE REFERÊNCIA**, data de emissão: **26/09/2022** e o código de verificação: **accfc99ea6**